

**SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SERVIÇOS
CONTÁBEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 02 de Julho de 2021.**

Às onze horas, do dia dois do mês de julho de dois mil e vinte e um, em segunda e última convocação, teve início a Assembléia Geral Extraordinária, convocada pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio de Janeiro, através de Edital publicado no dia 29 de junho de dois mil e vinte e um, no Jornal "O Dia", à pagina dez, no auditório do SEESCERJ, sito à Rua Alcindo Guanabara, 17/21 – Salas 808 e 809 – Centro – RJ, CEP: 20.031-130. Em razão da situação de calamidade pública declarada no Decreto Legislativo nº 06 de 20/03/2020 e por recomendação do Ministério da Economia no OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1022/2020/ME, a Assembléia ocorreu extraordinariamente e exclusivamente por vídeo conferência, conforme publicado no Edital. Foi dado início aos trabalhos presidido pelo Presidente Wellington Luis Aguiar de Souza, secretariado por Érica Regina Felisberto Marinho e assessorado pela advogada Dra. Daniele das Dores Silva. Foi feita a leitura do Edital, pelo Sr. Presidente do Sindicato: "SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Na conformidade dos nossos Estatutos ficam convocados todos os empregados da categoria abrangida pela representação deste Sindicato, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 02 de Julho de 2021, às 10:00 horas em primeira convocação e às 11:00 horas em Segunda e última, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e aprovação da pauta de reivindicações a ser proposta para renovação da norma coletiva; b) Fixação do valor da Contribuição Assistencial a ser incluída na pauta de reivindicação da categoria; c) Autorizar a Diretoria a firmar Acordo/Convenção Coletiva com o Sindicato Patronal: SESCON/RJ – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro e/ou instaurar Dissídio Coletivo; d) Assuntos Gerais. OBS: 1) Devido a pandemia causada pelo COVID-19 e por recomendação do Ministério da Economia, OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1022/2020/ME, a Assembléia ocorrerá extraordinariamente e exclusivamente por vídeo conferência; 2) Para acesso e participar da Assembléia, o trabalhador deverá acessar o link: meet.google.com/mvi-yhbj-jmz. Rio de Janeiro, 28 de Junho de 2021. Wellington Luís Aguiar de Souza – Presidente." No item "a" – O Presidente da mesa, com a leitura da pauta de reivindicações dos empregados. Após o término da leitura, discussão e aprovação de todas as cláusulas, por igual, foi verificado pelo Presidente da mesa e dos presentes a aprovação de todos os itens do Edital de convocação e das cláusulas constantes na Pauta de Reivindicação. No item "b", aprovação da Contribuição Assistencial, que segue na íntegra a proposta da Convenção Coletiva de trabalho, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária: PAUTA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022. RJ: CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE: As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de agosto de 2021 a 31 de julho de 2022 e a data-base da categoria em 01º de agosto. CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA. A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em Empresas de Serviços Contábeis, com abrangência territorial em Belford Roxo/RJ, Cachoeiras De Macacu/RJ, Duque De Caxias/RJ, Guapimirim/RJ, Itaboraí/RJ, Itaguaí/RJ, Japeri/RJ, Magé/RJ, Maricá/RJ, Mesquita/RJ, Nilópolis/RJ, Niterói/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Paracambi/RJ, Queimados/RJ, Rio Bonito/RJ, Rio De Janeiro/RJ, São Gonçalo/RJ, São João De Meriti/RJ, Seropédica/RJ e Tanguá/RJ. SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO - REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS: CLÁUSULA TERCEIRA - PISO E REAJUSTE SALARIAL: As empresas de Serviços Contábeis e os Escritórios Individuais de Contabilidade que mantêm sede no Estado do Rio de Janeiro, excetuado o Sul Fluminense, aplicarão aos empregados, representados pelo SEESCERJ, a partir de 1º de agosto de 2021, sobre o salário base de agosto de 2022, o reajuste salarial no valor de 10%. Parágrafo Primeiro – Os empregados admitidos posteriormente a 1º de agosto de 2020, serão reajustados proporcionalmente, ou seja, 1/12 avos para cada mês trabalhado. Parágrafo Segundo – Com a aplicação da presente correção salarial, ficam superadas quaisquer possíveis perdas salariais. Parágrafo Terceiro – Do índice resultante



do caput desta cláusula, serão deduzidas as antecipações espontâneas ou compulsórias concedidas pelas empresas no citado período, não sendo, assim, deduzidos os aumentos decorrentes do término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por merecimento ou antiguidade, transferência de cargo ou função, estabelecimento ou localidade, bem como equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado. Parágrafo Quarto – Os empregados demitidos sem justa causa nos 30 (trinta) dias que antecedem à data base, considerando o aviso prévio, inclusive indenizado, terão direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal, conforme artigo 9º da Lei 7.238/84. Parágrafo Quinto – Fica estabelecido para os empregados no Estado do Rio de Janeiro na base territorial dos convenentes, como PISO SALARIAL PROFISSIONAL, para admissão a partir das datas descritas na cláusula primeira do presente termo, os seguintes valores: a) Boy, Servente, Contínuo, Auxiliar Serviços Gerais e funções similares: R\$ 1.365,00 (um mil, trezentos e sessenta e cinco reais); b) Trainee R\$ 1.403,00 (um mil, quatrocentos e três reais); c) Auxiliar de Escritório, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Arquivo, Recepcionista e funções similares: R\$ 1.455,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais); d) Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Escrita Fiscal, Auxiliar de Departamento de Pessoal e funções similares: R\$ 1.593,00 (um mil, quinhentos e noventa e três reais); e) Assistente de Contabilidade, Assistente de Departamento de Pessoal, Assistente de Escrituração Fiscal e funções similares: R\$ 1.815,00 (um mil, oitocentos e quinze reais); CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS – As partes convenentes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência. GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS - OUTRAS GRATIFICAÇÕES - CLÁUSULA QUINTA – QUINQUÊNIO - A partir de 01/11/88 teve início à contagem do período para os empregados fazerem jus a um adicional de 1% (um por cento) do salário base percebido em cada período de 5 (cinco) anos ininterruptos de trabalho, sendo o primeiro quinquênio a partir de novembro/93. Parágrafo Único – O empregado que tenha tido o seu contrato rescindido e venha a ser recontratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a baixa na carteira, terá contado, para efeito de cálculo do adicional, o período anterior referente ao contrato rescindido. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS - CLÁUSULA SEXTA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS - O benefício contido nesta cláusula foi conquista histórica da categoria ao longo dos anos, previsto somente no instrumento coletivo de trabalho, e por não ter previsão legal, depende da atuação do sindicato. Os empregados contribuintes do SEESCERJ farão jus, a título de participação nos lucros, nos termos do art. 7º, inciso XI da Constituição Federal e da Lei 10.101, de 19/12/2000, ao valor equivalente, a no mínimo de 7% (sete por cento) do salário base do mês de dezembro de 2021. Parágrafo Primeiro – O pagamento da participação nos lucros no caso de ser feita pelo valor previsto na presente Cláusula será efetuado em uma única parcela, juntamente com o salário do mês de março de 2022. Parágrafo Segundo – Os empregados admitidos durante a vigência da presente Convenção terão direito à participação nos lucros proporcional, calculado a razão de 1/12 avos por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, considerando para tanto o exercício de janeiro a dezembro, observado o disposto no caput desta cláusula. Parágrafo Terceiro – Os empregados desligados durante a vigência da presente Convenção terão direito à participação nos lucros proporcional, calculado a razão de 1/12 avos por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, calculado sobre o salário base do último mês efetivamente trabalhado, considerando para tanto o exercício de janeiro a dezembro, e será pago juntamente com as verbas rescisórias. Parágrafo Quarto – A concessão da participação nos Lucros, não substitui ou complementa a remuneração devida, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade, conforme disposto no artigo 3º da Lei 10.101/2000, não gerando, assim, parcela de natureza salarial, ou de integração em parcelas rescisórias, conforme jurisprudência do TST. Parágrafo Quinto – Caso o empregador realize a distribuição de lucros e/ou resultados em percentual superior ao previsto nesta cláusula, fica facultada a concessão de pagamento complementar em favor do ex-empregado, da porcentagem descrita no caput. Parágrafo Sexto - A presente cláusula não será aplicável às empresas que mantenham programas de distribuição de lucros e/ou resultados com regulamentação própria formalizada, e cujo percentual de distribuição seja superior ao previsto no caput. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - CLÁUSULA SÉTIMA – TICKET REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO - O benefício contido nesta cláusula foi conquista histórica da categoria ao longo dos anos, previsto somente no instrumento coletivo de trabalho, e por não ter previsão legal, depende da atuação do sindicato. As



empresas, independentemente do número de colaboradores, deverão conceder aos empregados contribuintes do SEESCERJ, com jornada de trabalho a partir de 0 (seis) horas diárias, por dia trabalhado, representados pelo SEESCERJ um Ticket Alimentação ou Refeição, nos termos do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), observando os valores mínimos a seguir estabelecidos, cabendo ao empregado a participação máxima de 10% (dez por cento) de acordo com a Lei nº 6.321/76.

Parágrafo Primeiro – Deverão ser observados os seguintes valores mínimos de concessão: a) Para as empresas localizadas nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói - R\$ 22,00 (vinte e dois reais); para jornadas a partir de 6 (seis) horas diárias e R\$ 17,60 (dezesete reais e sessenta centavos); para jornadas a partir de 8 (oito) horas diárias e R\$ 15,95 (quinze reais e noventa e cinco centavos); para jornadas a partir de 6 (seis) horas diárias; Parágrafo Segundo – Em substituição ao Ticket alimentação ou Refeição, poderão fornecer a refeição, nos termos do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), desde que disponham de instalações adequadas. Parágrafo Terceiro – Será facultado as empresas, nos termos de suas políticas internas de concessão de benefícios, a concessão do presente benefício aos estagiários e aprendizes, em valores diferenciados.

AUXÍLIO SAÚDE - CLÁUSULA OITAVA - PLANO DE SAÚDE - As empresas localizadas nos municípios do Rio de Janeiro que tiverem em seus quadros mais de 05 (cinco) empregados, e nos demais Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá) - R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos); para jornadas de 8 (oito) horas diárias e R\$ 15,95 (quinze reais e noventa e cinco centavos); para jornadas a partir de 6 (seis) horas diárias; Parágrafo Segundo – Em substituição ao Ticket alimentação ou Refeição, poderão fornecer a refeição, nos termos do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), desde que disponham de instalações adequadas. Parágrafo Terceiro – Será facultado as empresas, nos termos de suas políticas internas de concessão de benefícios, a concessão do presente benefício aos estagiários e aprendizes, em valores diferenciados.

AUXÍLIO SAÚDE - CLÁUSULA OITAVA - PLANO DE SAÚDE - As empresas localizadas nos municípios do Rio de Janeiro que tiverem em seus quadros mais de 05 (cinco) empregados, e nos demais Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá) que tiverem em seus quadros mais de 10 (dez) empregados, deverão conceder PLANO DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE. Parágrafo Primeiro – Fica facultado ao empregador o desconto de parte dos custos relativos ao PLANO DE SAÚDE ou SEGURO SAÚDE em até 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato. Parágrafo Segundo – Fica facultada ao empregado a RENÚNCIA por meio de carta, entregue ao empregador, do citado benefício, podendo esta renúncia constar do Contrato de Trabalho firmado pelo empregado no ato de sua admissão e/ou no momento de sua opção pela adesão ao plano. Parágrafo Terceiro – Fica desobrigado a conceder o benefício o empregador, que obtiver a recusa formal de, pelo menos, 02 (duas) operadoras de planos de saúde por negativa de inclusão de vidas pela quantidade mínima de funcionários, fator idade ou por doenças pré-existentes. Parágrafo Quarto – Será facultado as empresas, nos termos de suas políticas internas de concessão de benefícios, a extensão do presente benefício aos estagiários e aprendizes.

AUXÍLIO CRECHE - CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO CRECHE - O benefício contido nesta cláusula foi conquista histórica da categoria ao longo dos anos, previsto somente no instrumento coletivo de trabalho, e por não ter previsão legal, depende da atuação do sindicato. As empresas enquadradas nos termos do artigo 389, parágrafos 1º e 2º da CLT, reembolsarão as empregadas mães contribuintes do SEESCERJ, para cada filho de até 01 (um) ano de idade, a importância mensal de até R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), condicionado o reembolso, nos termos do artigo 458, inciso II da CLT, a comprovação das despesas com o internamento do menor em creches ou em instituições análogas de sua livre escolha.

SEGURO DE VIDA - CLÁUSULA DÉCIMA - SEGURO DE VIDA E AUXÍLIO FUNERAL: O benefício contido nesta cláusula foi conquista histórica da categoria ao longo dos anos, previsto somente no instrumento coletivo de trabalho, e por não ter previsão legal, depende da atuação do sindicato. Os empregadores ficam obrigados a contratar seguro de vida, em favor de seus empregados respeitando o valor mínimo de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para as coberturas de morte por qualquer causa e invalidez por qualquer causa. Bem como a reembolsar o valor de até R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) a título de “auxílio funeral”, no ato do falecimento do seu colaborador, independentemente da indenização prevista acima. Parágrafo Primeiro: Os empregadores que mantiverem seguro de assistência funeral familiar, ainda que cumulado com o seguro de vida previsto no ‘caput’, estão isentos do reembolso a título de auxílio funeral. Parágrafo Segundo: Os empregadores não serão responsabilizados de forma solidária em virtude de eventual atraso ou recusa por parte da seguradora no tocante à liquidação da indenização correspondente ao sinistro. Parágrafo Terceiro: A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços. Parágrafo Quarto: Desde que o sindicato laboral não indique empresas que

atendam a presente cláusula, os empregadores estarão desobrigados a conceder o benefício em caso de recusa formal de, pelo menos, 01 (uma) empresa seguro de vida e auxílio funeral por negativa de inclusão ou manutenção de profissionais por fator faixa etária ou por doenças pré-existentes.

CONTRATO DE TRABALHO - ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES - DESLIGAMENTO/DEMISSÃO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO: A homologação da rescisão do contrato de trabalho poderá ser realizada perante a entidade sindical, bem como junto as delegacias e postos do MTB. Parágrafo Único - Quando do ato de homologação o Sindicato Laboral fornecerá, mediante requisição previa e formal da empresa, o Termo de Quitação de Verbas nos termos do artigo 507-B, da CLT. I - É facultado a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de trabalho, requerer termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o Sindicato dos Empregados da Categoria. II - O Referido termo discriminará as obrigações de dar e de fazer cumpridas mensalmente e dele constará quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas. III - As empresas que optarem por efetuar a homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho no SEESCERJ, mediante taxa administrativa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), terão o prazo de entrega da documentação mencionada no caput estendido para 30 (trinta) dias, a contar da data do último dia efetivamente trabalhado, devendo sempre ser observados os prazos de pagamento constantes do Art. 477 da CLT, empregados de empresas associadas ao Sescon Rio de Janeiro terá um desconto de 60% sobre a taxa prevista neste inciso.

AVISO PRÉVIO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO - O aviso prévio trabalhado será sempre de 30 (trinta) dias. O acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, previsto na Lei 12.506/2011, será sempre indenizado. Parágrafo Primeiro: A data limite para quitação das verbas rescisórias será até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão. **Parágrafo Segundo:** O Empregado que no curso do aviso prévio trabalhado, dado pela Empresa, obtiver novo emprego, será dispensado do cumprimento do restante do aviso, ficando ajustado, entretanto, que somente serão pagos pela Empresa, os dias efetivamente trabalhados, bem como as demais parcelas rescisórias. Ficando mantido o prazo inicial para o pagamento das verbas rescisórias. **Parágrafo Terceiro:** O acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviço prestados na mesma empresa previsto na Lei 12.506/2011 não se aplica aos pedidos de demissão, que será sempre de 30 (trinta) dias, independentemente do tempo de serviço na mesma empresa, mantendo os termos estabelecidos no parágrafo 2º do artigo 487 da CLT.

MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO: Fica facultada para todas as empresas de serviços contábeis e escritórios individuais de contabilidade, abrangidas pelo presente Instrumento, a adoção do CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO previsto na Lei nº 9.601, de 21/01/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.490, de 04/02/98, sem a necessidade da interveniência do SEESCERJ.

JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS - PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO: É obrigatório o ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO a ser firmado entre a empresa e seus empregados, sem a necessidade da interveniência do SEESCERJ, para as empresas que não trabalham aos sábados, compensando-os nos demais dias da semana, observado, no que couber, a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA COMPENSAÇÃO DAS HORAS - Nos termos da Lei 13.467, que deu nova redação ao artigo 59 da CLT, fica facultado a todas as empresas contábeis e escritórios individuais de contabilidade, a compensação da jornada de trabalho de seus colaboradores, por banco de horas, nos seguintes termos:

a) a compensação individual das horas realizadas durante a jornada poderão ser compensadas no mesmo mês de realização, na razão de 01 (uma) hora trabalhada para 01(uma) hora compensada; b) será permitida a realização de acordos de banco de horas através de termos aditivos individuais ao contrato de trabalho, quando a compensação ocorrer no período máximo de 06 (seis) meses; c) nos casos em que o período de compensação das horas for superior a 06 (seis) meses, até o limite de 12 (doze) meses, este deverá ser realizado com autorização do sindicato laboral em instrumento próprio; d) em qualquer das hipóteses anteriores, a compensação das horas ocorrerá na razão de 01 (uma) hora trabalhada para 01(uma) hora compensada; e) a prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e banco de horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INTERVALO PARA REPOUSO E/OU ALIMENTAÇÃO - Nos termos da Lei 13.467, que deu nova redação ao artigo 71 da



CLT ficam as Empresas autorizadas a reduzir o intervalo para refeição e descanso de 01h00min para 00h30min, em quaisquer setores e/ou turnos de trabalho, de forma individual ou coletiva com os trabalhadores. Parágrafo único: Ficam as Empresas autorizadas a conceder diariamente intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos para descanso e alimentação, em qualquer dos turnos de trabalho, ao que este tempo poderá ser acrescido ao final da jornada diária sem que seja considerada hora extraordinária.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA - As empresas poderão compensar a jornada de trabalho dos dias que tiverem seu expediente suspenso, com o objetivo de complementação da jornada semanal normal, observado, no que couber, a legislação pertinente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO TRABALHO INTERMITENTE - Nos termos da Lei 13.467, que deu nova redação aos artigos 443 e 452-A da CLT, bem como nos termos da Portaria MTE 349/2018, é facultado as empresas celebração de contrato formal de trabalho intermitente com os empregados, observado o que segue: Parágrafo primeiro - A convocação deverá ser realizada por qualquer meio de comunicação eficaz, seja por e-mail, mensagem eletrônica ou ligação telefônica, devendo ser efetivada 03 (três) dias antes do efetivo trabalho, a empresa deverá fornecer todas as informações. Parágrafo segundo - Após a convocação o empregado terá o prazo de 24 horas para confirmar ou não sua disponibilidade, entendendo no seu silêncio a recusa a convocação. Parágrafo terceiro - Deverá ser utilizado, para o calculo do valor hora da remuneração do empregado, o piso salarial aplicável a função que será pelo mesmo desempenhada e constante do contrato de trabalho, nos termos da clausula 3ª desta convenção. Parágrafo quarto - Somente será devido ticket ou Vale Refeição para o dia de trabalho quando este for superior a 06 (seis) horas, nos termos da clausula 7ª desta convenção. Parágrafo quinto - Não será devido ao trabalhador intermitente, dada a natureza da prestação do serviço, os benefícios das clausulas 5ª, 6ª, 8ª e 9ª.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO - SRPE - Ficam autorizadas todas as empresas de serviços contábeis e escritórios individuais de contabilidade, abrangidas por este Instrumento, a adoção de Sistemas Alternativos como forma de controle de jornada de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 373 de 20/02/2011 do MTE.

FÉRIAS E LICENÇAS - DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS - CLÁUSULA VIGÉSIMA - FÉRIAS ANUAIS - Nos termos da Lei 13.467, que deu nova redação ao artigo 134 da CLT, será facultado às empresas concedê-las em 03 (três) períodos distintos, observando-se o que segue: A. Um dos períodos não poderá ser menor que 14 (quatorze) dias corridos; B. Nenhum período poderá ser menor que 5 (cinco) dias corridos; C. A opção de parcelamento deve ser em comum acordo com o trabalhador, e se estenderá aos menores de 18 e maiores de 50 anos. D. O início das férias não deve ocorrer 2(dois) dias antes de feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

RELAÇÕES SINDICAIS - CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL - As empresas descontarão na folha de pagamento, a favor do Sindicato dos Empregados de Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio de Janeiro - SEESCERJ, de cada empregado, independentemente do fato de ser o mesmo associado ou não do Sindicato, a importância de R\$ 8,00 (oito reais) mensais, durante os meses de Setembro/2021 a Julho de 2022, a título de Contribuição Assistencial, para manutenção dos serviços sociais, jurídicos e demais despesas para manutenção mantidos a favor da categoria profissional do SUSCITANTE, cuja importância deverá ser depositada em qualquer agencias do Banco Itaú S/A - para crédito na Agência nº 6281 Conta Corrente nº 09851-4, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao recolhimento, ou em guia própria a ser fornecida pelo SEESCERJ (ficha de compensação) para pagamento em qualquer banco integrante do sistema de compensação até o vencimento, encaminhado através do e-mail do Sindicato (seescerj@seescerj.org.br). Tudo conforme decidido por livre e espontânea vontade da categoria profissional reunida em Assembléia Geral Extraordinária virtual, realizada em 02 de Julho de 2021.

Parágrafo Primeiro - A empresa que não efetuar o desconto previsto acima dos seus empregados, assumirá o ônus do pagamento, ficando impedida de descontar em meses posteriores.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inadimplência desta obrigação poderá resultar em ação competente, sem ônus para a entidade, visando o pagamento de uma multa de 2% (dois por cento), e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre o valor a ser recolhido, corrigido monetariamente na data de seu efetivo pagamento ou por determinação da tabela de atualização de débitos trabalhistas, para Ajuizamento de Ação Judicial perante a Justiça do Trabalho, visando o pagamento da presente obrigação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas encaminharão ao Sindicato dos Empregados, para o e-mail: seescerj@seescerj.org.br),



cópia do recibo do depósito e/ou pagamentos do boleto da Contribuição Assistencial, com relação dos respectivos empregados, acompanhada da cópia da guia da GFIP correspondente ao mês da competência da contribuição. **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL** - As Empresas de Serviços Contábeis e os Escritórios Individuais que desenvolvam suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, recolherão ao SESCON/RJ, a título de Contribuição Assistencial para manutenção dos serviços prestados pelo Sindicato, a importância correspondente a duas parcelas de 2% (dois por cento) cada sobre os valores dos salários brutos dos meses de setembro e novembro de 2021, limitando o recolhimento ao total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por grupo econômico. **Parágrafo Primeiro** - As importâncias acima previstas deverão ser recolhidas, com vencimentos nos dias 10 (dez) de outubro de 2021 e 10 (dez) de dezembro de 2021, em guia própria a ser fornecida pelo SESCON/RJ (ficha de compensação), em qualquer banco integrante do sistema de compensação, até o vencimento. **Parágrafo Segundo** - As empresas deverão enviar ao SESCON/RJ cópias das guias de INSS acompanhada do resumo da folha, das competências setembro e novembro de 2021, com as respectivas cópias dos comprovantes de pagamento da Contribuição Assistencial, até os dias 30 de outubro de 2021 e 30 de dezembro de 2021, respectivamente. **Parágrafo Terceiro** - A inadimplência desta obrigação poderá resultar em ação competente, sem qualquer ônus para a entidade, visando o pagamento de uma multa de 2% (dois por cento), e juros de 1% (um por cento) ao mês, calculada sobre o valor a ser recolhido. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL** - Nos termos da Lei 13.467, as empresas representadas pelo SESCON-RJ poderão anualmente efetuar o pagamento da contribuição sindical patronal em favor do SESCON-RJ, enviando cópia da quitação da guia de pagamento em até 30 (trinta) dias após o seu vencimento. **DISPOSIÇÕES GERAIS - OUTRAS DISPOSIÇÕES - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ATUALIZAÇÃO CADASTRAL** - As empresas integrantes da base de representação do SESCON/RJ e SEESCERJ deverão enviar anualmente, a época da convenção, cópia da última alteração contratual válida para as Entidades representadas. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA SINDICAL** - Em consonância com o disposto nos artigos 513, 607 e 608 da CLT, em complementação aos artigos 27, 28 e 29 da Lei 8.666/1993, assim como em complementação a certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), prevista na Lei nº12.440/2011 e por força da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta e indireta, contratação por setores privados, homologação de rescisão de contrato de trabalho junto ao Sindicato laboral ou a outro órgão competente, deverão apresentar Certidão de Regularidade Trabalhista e Sindical para com suas obrigações sindicais. **Parágrafo Primeiro** - A certidão referida no caput desta cláusula também deverá ser apresentada pela empresa na hipótese de celebração de acordo coletivo de trabalho, bem como na hipótese de utilização dos benefícios e vantagens coletivos prospectadas pelo sindicato laboral e/ou pelo sindicato patronal em favor da categoria. **Parágrafo Segundo** - Essa certidão demonstrará que a empresa certificada, a princípio, não carrega passivo trabalhista sindical cumulado perante os órgãos de Representação, e será expedida em conjunto com o SEESCERJ e pelo SESCON/RJ, assinada por seus respectivos presidentes e/ou diretores, ou os substitutos legais, bem como ainda por aqueles indicados, como competentes para tanto, pelos representantes legais das Entidades, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a devida solicitação, e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias. **Parágrafo Terceiro** - Consideram-se obrigações trabalhistas e sindicais: a) Cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho e Legislação Laboral vigente; b) Recolhimento da Contribuição Sindical Patronal e da Contribuição Sindical Laboral, excetuado as empresas dispensadas por lei; c) Recolhimento de todas as taxas e contribuições sindicais devidas ao sindicato patronal e ao sindicato laboral; **Parágrafo Quarto** - A falta de certidão permitirá as empresas licitantes, bem como aos sindicatos convenentes, nos casos de concorrência, carta-convite, pregão, tomada de preço ou outra forma de licitação, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO** - Atendendo ao que dispõe o artigo 613, VIII da CLT, a Empresa responderá com multa de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do salário mínimo vigente, por mês de descumprimento da Convenção Coletiva, por infração, que será revertido à parte prejudicada. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANOTAÇÃO NA CTPS** - As empresas deverão lançar na Carteira de Trabalho dos empregados representados pelo SEESCERJ, na

parte de Contribuição Sindical, o nome completo do Sindicato da Categoria Profissional, ou apenas suas iniciais SEESCERJ, não sendo permitida a simples anotação "Sindicato da Classe". CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS - As empresas se comprometem a afixar em quadro de avisos internos, as comunicações do SEESCERJ para conhecimento de seus representados, desde que não tenham conteúdo de cunho político, religioso ou ofensivo às pessoas. - CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FERIADO DA CATEGORIA - Fica mantida a data de 21 de outubro, que já é conquista incorporada ao direito coletivo da categoria profissional, como "O DIA DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DE ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE INDIVIDUAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", sendo comemorado no ano de 2021, no Dia do Comerciante dos respectivos municípios, garantidos os seus salários para todos os efeitos legais, inclusive o repouso semanal remunerado. Parágrafo Único - Ao empregador é facultado tornar sem efeito a presente Cláusula desde que o funcionário receba a participação nos lucros prevista na Cláusula Quinta e seus parágrafos, o percentual de, no mínimo, 12% (doze por cento) ou se for assegurado ao empregado compensar a folga em outra data, a ser estabelecida de comum acordo entre a empresa e o empregado. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA LEI Nº.13467/17: Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSIONADO - Ao empregado que recebe exclusivamente comissões, fica assegurado o piso salarial descrito na alínea "b" da cláusula de piso salarial e reajuste, quando o valor daquelas não atingir o valor deste. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO TELETRABALHO OU HOME OFFICE - Com base nos artigos Art.6º e 75-A e 75-B da CLT, será facultado as empresas estabelecer regime de teletrabalho, visando a melhoria da qualidade de vida de seus empregados, observando-se o que segue: I - A modalidade de contrato de trabalho a distância poderá ser aplicadas para toda a empresa, ou para áreas, departamentos e/ou setores específicos, desde que preponderantemente fora das dependências do empregador, sendo a eventual presença do empregado no espaço físico da empresa não descaracteriza o ajustado; II - Independentemente da realização individual ou coletiva, deverá ser formado Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, ou previsão em Contrato de Trabalho de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo empregado fora das dependências da empresa; III - Esta modalidade contratual poderá ser aplicada aos empregados portadores de deficiência; IV - Deverá constar no contrato de trabalho todas as regras de utilização de equipamentos; acesso e sigilo de dados; período de trabalho; vedações; assim como eventuais reembolsos, previamente combinados." No item "c", a Assembléia Geral Extraordinária autorizou, por unanimidade, a diretoria negociar, assinar Acordo ou Convenção Coletiva, instaurar Dissídio Coletivo, contratar advogado, formar comissão e tudo mais que for necessário para resolver a renovação da Convenção Coletiva com os empregadores, SESCON/RJ, bem como o que for necessário em defesa do patrimônio constituído e tudo o que diz respeito em prol da categoria profissional. E concluindo o item "d", após várias considerações sobre assuntos diversos, nada mais havendo a tratar a Assembléia foi encerrada às 12:00 horas e lavrada a presente ata, que depois de lida foi aprovada por unanimidade. Rio de Janeiro, 02 de julho de 2021. Wellington Luis Aguiar de Souza - Presidente, Érica Regina Felisberto Marinho - Secretária e Dra. Daniele das Dores Silva - Advogada.


Wellington Luis Aguiar de Souza
Presidente


Érica Regina Felisberto Marinho
Secretária


Daniele das Dores Silva
Advogada.